

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.468.151 - RJ (2019/0073439-6)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : UNIÃO
AGRAVADO : FLORENCIO OLIVEIRA RIBEIRO
ADVOGADOS : ALEXANDRE MARTIRE LOPES - RJ100387
MARCILIO MARTINS REGO - RJ132530
ALEXANDRE HENRIQUE MENDONÇA LEÃO E OUTRO(S) - RJ131944

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado pela **União** contra decisão que não admitiu recurso especial, este interposto com fundamento no art. 105, III, *a* da CF, desafiando acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fl. 181):

ADMINISTRATIVO. APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDOR PÚBLICO CIVIL. LEIS Nº 10.697/2003 E Nº 10.698/2003. VANTAGEM PECUNIÁRIA INDIVIDUAL (VPI). NATUREZA JURÍDICA. ABONO EM VALOR FIXO E NÃO REVISÃO GERAL. ARTIGO 37, X, CRFB/1988. PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES.

1. A Emenda Constitucional nº 19/1998, que deu nova redação ao inciso X, do Artigo 37, da CRFB/1998, passou a garantir anualmente ao funcionalismo público uma revisão geral e anual aos seus vencimentos, mediante a edição de lei específica de iniciativa privativa do Presidente da República (Artigo 61, § 1º, II, a c/c Artigo 84, III, CRFB/1988), o que torna incabível a interferência do Poder Judiciário, sob pena de violação do Princípio da Separação de Poderes.

2. A Lei nº 10.698/2003 dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional, estabelecendo o seu Artigo 1º que o seu valor será de R\$ 59,87 (cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos), pagos cumulativamente com “as demais vantagens que compõem a estrutura remuneratória do servidor e não servirá de base de cálculo para qualquer outra vantagem” (§1º do mesmo dispositivo) e sobre ela incidindo “as revisões gerais e anuais de remuneração dos servidores públicos federais” (Artigo 2º), sendo tais disposições aplicáveis, por força do seu Artigo 3º, também às aposentadorias e às pensões.

Nessa perspectiva, a VPI assim instituída tem natureza jurídica de simples abono, concedido em valor fixo, aos servidores

Superior Tribunal de Justiça

públicos em geral, assim como a aposentados e pensionistas, não tendo caráter de revisão geral, tendo esta última sido veiculada, in casu, pela Lei nº 10.697/2003. Precedentes desta Corte.

3. Apelação do Autor desprovida.

Os embargos de declaração foram rejeitados. Colhe-se a seguinte ementa (fl.

195):

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ALEGAÇÃO DE VÍCIO(S) NO JULGADO. MAJORAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. ART. 85, §11, CPC/2015. IRREGULARIDADE NÃO CARACTERIZADA. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

I - Aplica-se a regra da majoração de honorários advocatícios, nos termos do §11 do art. 85 do novo CPC, quando a sentença de primeiro grau houver condenado a parte sucumbente em honorários, e esta, inconformada, houver recorrido da decisão, obtendo resposta negativa do órgão ad quem em sede de apelação.

II - Intimada a manifestar-se em contrarrazões ao apelo do Autor, ofereceu a UNIÃO a genérica peça de fls. 159/163, totalmente padronizada e que, sem qualquer impugnação específica aos fundamentos do apelo, poderia ser apresentada em qualquer outro processo versando sobre matéria diversa. Em seguida, alegou em sede de embargos declaratórios OMISSÃO no julgado a respeito da majoração de honorários prevista no § 11 do art.85 do CPC/15, inclusive para fins de prequestionamento da "relevante" matéria.

III - No caso dos autos, o trabalho irrelevante realizado pela UNIÃO em grau recursal não se mostra merecedor de qualquer remuneração adicional, além daquela já fixada em primeiro grau, eis que mais interessada parecia estar a UNIÃO em executar a verba de sucumbência o que em defender com zelo o interesse público em lide.

IV - Inexiste omissão a ser suprida: o acórdão embargado corretamente deixou de aumentar o valor dos honorários anteriormente fixados em 10% do valor da causa, que já se mostram mais do que suficientes para remunerar o trabalho realizado pela AGU nestes autos.

V - Embargos declaratórios desprovidos.

A parte agravante aponta violação aos arts. 85, § 11 e 1.022, II, do CPC/15.

Sustenta, em resumo, tese de negativa de prestação jurisdicional, bem como a necessidade

de a majoração dos honorários recursais com base no § 11 do art. 85 do CPC/15.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

A irresignação não merece prosperar.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Ademais, destaca-se do acórdão recorrido a seguinte fundamentação (fls. 193/194):

Tendo sido interposta apelação às fls.148/153, a UNIÃO peticionou logo em seguida, à fl.155, requerendo a "intimação da parte autora para efetuar o pagamento do devido à UNIÃO, a título de honorários, fixado em efetuar o pagamento devido à UNIÃO, a título de honorários, fixado em R\$ 6.000,00 (seis mil reais), conforme a decisão de fls.142/146", deslembrando-se de que a execução da verba de sucumbência não poderia anteceder a fase recursal do julgamento.

Intimada a manifestar-se em contrarrazões ao apelo do Autor, ofereceu a UNIÃO a genérica peça de fls. 159/163, totalmente padronizada e que, sem qualquer impugnação específica aos fundamentos do apelo, poderia ser qualquer impugnação específica aos fundamentos do apelo, poderia ser qualquer impugnação específica aos fundamentos do apelo, poderia ser apresentada em qualquer outro processo versando sobre matéria diversa.

Em seguida, alegou em sede de embargos declaratórios OMISSÃO no julgado a respeito da majoração de honorários prevista no § 11 do art.85 do CPC/15, inclusive para fins de prequestionamento da "relevante" matéria.

Ora, nos termos do §11 do art. 85 do CPC/15, invocado pela UNIÃO, a majoração dos honorários fixados anteriormente deve levar em conta "o trabalho adicional realizado em grau recursal, observando, conforme o caso, o disposto nos §§ 2º a 6º".

No caso dos autos, o trabalho irrelevante realizado pela UNIÃO em grau recursal não se mostra merecedor de qualquer remuneração adicional, além daquela já fixada em primeiro grau, eis que mais interessada parecia estar a UNIÃO em

Superior Tribunal de Justiça

executar a verba de sucumbência o que em defender com zelo o interesse público em lide.

Nestas circunstâncias, inexistiu omissão a ser suprida: o acórdão embargado corretamente deixou de aumentar o valor dos honorários anteriormente fixados em 10% do valor da causa, que já se mostram mais do que suficientes para remunerar o trabalho realizado pela AGU nestes autos.

Diante desse contexto, a desconstituição das premissas lançadas pela instância ordinária, no sentido de não majorar os honorários recursais, demandaria o reexame de matéria de fato, procedimento que, em sede especial, encontra óbice na Súmula 7/STJ, bem anotada pelo decisório agravado.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator